



ESCÂNDALO DO MEC

MPF vê interferência de Bolsonaro no caso

Em grampo feito pela PF, o ex-ministro Milton Ribeiro diz ter sido alertado pelo presidente sobre a possibilidade de ser alvo de operação de busca. Para Ministério Público, há suspeita de violação de sigilo funcional e favorecimento pessoal. Inquérito é encaminhado ao STF

» LUANA PATRIOLINO

Conversas gravadas pela Polícia Federal levantam suspeita de interferência do presidente Jair Bolsonaro (PL) na Operação Acesso Pago, que apura suposto esquema de corrupção e tráfico de influência no Ministério da Educação.

Alvo da investigação, o ex-ministro da Educação Milton Ribeiro disse, dias antes de ser preso, que foi alertado por Bolsonaro sobre a possibilidade de a PF fazer buscas e apreensões contra ele. A declaração foi dada numa ligação para a filha, grampeada pela corporação.

O Ministério Público Federal (MPF) afirmou ver indícios de comportamento ilícito do chefe do Executivo e pediu à Justiça Federal que encaminhe o caso para o Supremo Tribunal Federal (STF), já que o presidente tem foro privilegiado.

Para o MPF, há suspeita da prática dos crimes de violação de sigilo funcional e favorecimento pessoal. “Indício de vazamento da operação policial e possível interferência ilícita por parte do presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, nas investigações”, diz o documento assinado pelo procurador da República **Anselmo Henrique Cordeiro Lopes**.

A ligação entre Milton Ribeiro e a filha é de 9 de junho. Nesse mesmo dia, Bolsonaro desembarcou em Los Angeles, nos Estados Unidos, para participar da Cúpula das Américas.

“Hoje, o presidente me ligou... ele tá com um pressentimento, novamente, que eles podem querer atingi-lo através de mim, sabe? É que eu tenho mandado versículos pra ele, né?”, disse Ribeiro à filha. “Ele acha que vão fazer uma busca e apreensão... em casa... sabe... é... é muito triste. Bom! Isso pode acontecer, né? Se houver indícios, né”, acrescentou.

Ribeiro foi preso pela PF na última quarta-feira, assim como outros envolvidos na investigação, como os pastores Arilton Moura e Gilmar Santos. Os agentes também cumpriram uma série de mandados de busca e apreensão.

No dia das detenções, a PF interceptou outra ligação, desta vez, da mulher do ex-ministro, Myrian Ribeiro, que também levanta suspeitas de que o ex-integrante do governo tinha sido avisado sobre a operação. “Ele não queria acreditar, mas ele estava sabendo. Eu falei: ‘Pra ter rumores do alto é porque o negócio já estava certo’”, contou ela a um homem identificado como Edu.

O ex-ministro e os religiosos foram soltos no dia seguinte, por determinação do desembargador Ney Bello, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1).

Ao **Correio**, Frederick Wassef, advogado de Bolsonaro, alegou inocência do cliente. “Jamais, nunca interferiu na Polícia Federal. Nem nessa investigação nem em qualquer outra. O que estamos dizendo nada mais é do que a repetição do mesmo modus operandi criminoso que fizeram na época do ex-ministro Sergio Moro, quando também o acusaram de interferir”, defendeu.

Evaristo Sa/AFP



Defesa de Bolsonaro nega interferência do presidente na Polícia Federal e critica vazamento de autos do processo

Evaristo Sa/AFP



A defesa do ex-ministro alegou “ativismo judicial” no caso

Crivo do Supremo

O juiz Renato Borelli acatou o pedido do procurador e decidiu encaminhar o caso para a ministra Cármen Lúcia, do STF. Na decisão, o magistrado ponderou que, “figurando possível a presença de ocupante de cargo com prerrogativa de foro perante o Supremo Tribunal Federal”, cabe à Corte a análise quanto à divisão, ou não, da investigação. Cármen Lúcia era a relatora do caso quando Ribeiro ainda era ministro. Agora, ela vai decidir sobre eventual prosseguimento da investigação perante a 15ª Vara Federal, na Corte ou por desmembramento. Não há regra prévia, neste caso, se a ministra ouvirá o procurador-geral da República, Augusto Aras.

Wassef ainda criticou o vazamento dos autos do processo. “Houve a prática de graves crimes por funcionários, autoridades públicas, aqui de Brasília, que, criminosamente, estão vazando a conta-gotas o referido material de um inquérito que tramita em segredo de Justiça”, acrescentou.

Foro privilegiado

A defesa de Ribeiro também se manifestou. O advogado Daniel Bialski argumentou que o áudio foi captado enquanto o cliente tinha foro privilegiado. “Se assim o era, não haveria competência do juiz de primeiro grau para analisar o pedido feito pela autoridade policial, e, conseqüentemente, decretar a prisão preventiva”, disse, em nota à imprensa. Ribeiro, no entanto, deixou o MEC em 28 de março, logo, não tinha mais direito a foro especial na data do grampo.

Observação:			
Alvo:	MILTON RIBEIRO	Nº Interceptado:	
Assunto:	MILTON x FILHA - PRESIDENTE ME LIGOU	Nº Contato:	
ID:	83170534	Direção:	
Data:	09/06/2022 18:59:57	Duração:	00:03:59
Arquivo:	04_028_83170534_20220609185957_20392808	Tipo:	Áudio
Degravação:			
(...)			
FILHA: E você? Tá bom pai?			
MILTON: Tudo bem! As coisas tão caminhando			
FILHA: Caminhando...			
MILTON: A única coisa meio... hoje o presidente me ligou... ele tá com um pressentimento, novamente, que eles podem querer atingi-lo através de mim, sabe? É que eu tenho mandado versículos pra ele, né?			
FILHA: ah! Ele quer que você pare de mandar mensagens?			
MILTON: Não! Não é isso... ele acha que vão fazer uma busca e apreensão... em casa... sabe... é... é muito triste. Bom! Isso pode acontecer, né? se houver indícios né...			
FILHA: Ah!			
MILTON: Mas, não há por quê, meu Deus			
FILHA: Ah pai! Não... essa voz não é definitiva... eu não sei se ele tem alguma informação... eu tô te ligando no meu... eu tô te ligando no celular normal, viu pai?			
MILTON: Ah é? Ah, Então depois a gente se fala então! Tá?			
FILHA: Tá bom!			
MILTON: um beijo (ininteligível) procê!			
FILHA: Um beijo! Tchou, tchau!			
MILTON: Mas, deus vai cuidar! Deus tá cuidando!			
FILHA: é, depois (ininteligível)... sentimentos...			
MILTON: Pressentimento... ele falava em pressentimento e tal... ele tava viajando pros Estados Unidos.			

Degravação do trecho da conversa entre Ribeiro e a filha

Bialski destacou, ainda, que o juiz Renato Borelli, da 15ª Vara Federal de Brasília, que determinou a prisão de Ribeiro, age com viés ideológico. “Todavia, se realmente esse fato se comprovar, atos e decisões tomadas são nulos por absoluta incompetência e somente reforça a avaliação de que estamos diante de ativismo judicial e, quiçá, abuso de autoridade, o que precisará, também, ser objeto de acurada análise.”

A desconfiança sobre interferência na investigação foi levantada pelo delegado federal Bruno Calandrini, que comandou a operação. Segundo ele, a corporação teria dado tratamento diferenciado ao aliado de Bolsonaro durante a prisão, pois o ex-ministro não foi levado de Santos (SP) para Brasília por conta de uma decisão superior. “A investigação envolvendo corrupção no MEC foi prejudicada no dia de ontem (quarta-feira) em razão do tratamento

diferenciado concedido pela PF ao investigado Milton Ribeiro”, afirma o delegado, em mensagem para colegas. “O deslocamento de Milton para a carceragem da PF em São Paulo é demonstração de interferência na condução da investigação, por isso, afirmo não ter autonomia investigativa e administrativa para conduzir o inquérito policial desse caso com independência e segurança institucional”, acrescentou.

Oposição

A oposição também reagiu ao episódio. O senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) anunciou que vai encaminhar ao STF um pedido de abertura de inquérito contra Bolsonaro por violação de sigilo e obstrução de Justiça. “Bolsonaro não esculhambará a Polícia Federal e as leis impunemente”, escreveu o parlamentar nas redes sociais.

“Vou destruir todo mundo”

Após ser preso na Operação Acesso Pago, o pastor Arilton Moura, investigado sob suspeita de operar um esquema de cobrança de propinas de prefeitos em troca da liberação de verbas do Ministério da Educação (MEC), ameaçou “destruir todo mundo” se a filha dele for arrastada para o caso.

“Se der qualquer problema com a minha menininha, eu vou destruir todo mundo”, afirmou Moura em conversa com a advogada depois de ter sido detido.

A filha, Victoria Camacy Amorim Correia Bartolomeu, teve o sigilo bancário quebrado por ordem judicial. Ela aparece como compradora de um carro, negociado por R\$ 50 mil, registrado no nome de Myrian Ribeiro, mulher do ex-ministro da Educação Milton Ribeiro. A Polícia Federal investiga se a negociação foi simulada para ocultar o pagamento de propinas.

Diante da declaração do pastor, o delegado federal Bruno Calandrini, responsável pela investigação, afirmou que Arilton Moura “possivelmente possui informações sobre os crimes aqui investigados, motivo pelo o qual faz essa ‘ameaça’”.

Magistrado reiterou risco

Depois que o desembargador Ney Bello, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1), em Brasília, mandou soltar o ex-ministro da Educação Milton Ribeiro, o juiz Renato Borelli, da 15ª Vara Federal do Distrito Federal, que havia determinado a prisão preventiva, disse que tomou a decisão com base em “suspeitas substanciais”.

“Todas as decisões foram proferidas com base em indicativos cabais que haveria na sequência de condutas suspeitas no Ministério da Educação (chamado de “gabinete paralelo”) e que poderiam amoldar-se aos tipos penais acima especificados; é dizer, as decisões não foram proferidas sem o respaldo legal justificador”, diz um trecho da manifestação enviada ao gabinete do desembargador.

O magistrado contrapõe os argumentos usados por Ney Bello para dar o habeas corpus que colocou o ex-ministro em liberdade. A decisão do desembargador, que desfez a ordem do juiz Renato Borelli, teve dois fundamentos principais: o de que Milton Ribeiro não está mais no MEC e o de que os fatos investigados não têm “contemporaneidade”.

Em resposta, Borelli reitera que, mesmo fora do governo, o ex-ministro “ainda pode interferir na produção de provas sobre eventual conduta criminosa pretérita”.

O juiz diz que não dá para cravar se há ou não “contemporaneidade” nos fatos apurados, o que segundo ele demandaria um aprofundamento das investigações.